

**DILEMA ENTRE A ABUNDÂNCIA DE RECURSOS  
NATURAIS E O CRESCIMENTO ECONÓMICO:  
DESAFIOS E OPORTUNIDADES.**

**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O GOVERNADOR DO  
BANCO DE MOÇAMBIQUE, ROGÉRIO LUCAS ZANDAMELA,  
POR OCASIÃO DA ABERTURA DO ANO LECTIVO DA  
UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA  
“AULA INAUGURAL”**

**MAPUTO, 2 DE MARÇO DE 2018**

---

Permitam-me, em primeiro lugar, que saúde a todos os presentes e enderece os meus sinceros agradecimentos ao Prof. Doutor Jorge Ferrão, Magnífico Reitor da Universidade Pedagógica, por me honrar com este aliciante e ao mesmo tempo prestigiante convite para estar aqui, hoje, rodeado de tantos jovens, que certamente serão os futuros dirigentes do nosso país.

É, para mim, uma grande honra estar convosco nesta sala e poder partilhar algumas das minhas ideias e reflexões sobre a economia de Moçambique, saindo um pouco da esfera da actuação do Banco de Moçambique, mas centrando-me num tema igualmente importante para o futuro do nosso país, e acima de tudo para a nossa juventude.

Admito que é a primeira vez que profiro uma aula inaugural numa Universidade. Talvez por isso, este momento me faça recuar para tempos que já lá vão, quando eu - ainda estudante universitário, com toda a força e vontade que a juventude tem para mudar o mundo, ávido de obter novos conhecimentos, após participar em várias palestras, sentia que muitas delas não tinham dito nada de novo.

Quando observo as faces de muitos estudantes aqui presentes, revejo essa vontade de ouvir algo novo. Devo confessar, porém, que não irei falar nada que não tenham ouvido noutras palestras. Talvez seja mais enfático, mas, como foi anunciado previamente, o tema que proponho abordar tem muita ligação com a actualidade que estamos a viver em Moçambique:

**“O dilema de ter muitos recursos naturais e, mesmo assim, não alcançar os níveis de crescimento económico desejáveis”.**

Vou fazer a minha dissertação em torno de três dimensões centrais: primeiro, pretendo recordar-vos sobre o potencial de recursos naturais que Moçambique possui; segundo, irei demonstrar, socorrendo-me das experiências internacionais, que nem

sempre ter recursos naturais em abundância é sinónimo de ter um crescimento robusto e inclusivo, daí a noção de dilema; terceiro, focando alguns factores que concorrem para isso, tentarei argumentar que, apesar de Moçambique possuir recursos naturais em abundância, continuamos com padrões de desenvolvimento abaixo dos desejáveis.

Posto isto, irei avançar com alguns desafios, que, se resolvidos, poderão constituir uma plataforma importante para um crescimento inclusivo e sustentável.

**Permitam-me, então, que comece por apresentar-vos de que Moçambique estamos a falar, para que todos partamos da mesma base de análise.**

Moçambique possui uma localização geográfica privilegiada, junto da costa oriental da África Austral, com uma linha costeira de cerca de 2.300 km, o que, para além do potencial pesqueiro e turístico, o torna num pivô perfeito a nível do comércio internacional e numa rota importante dos países vizinhos da hinterlândia para o resto do mundo.

Os indicadores demográficos do censo de 2017 indicam que o país conta com um elevado potencial de força de trabalho, com um total de 28,8 milhões de habitantes e uma densidade populacional de 36,1 habitantes por km<sup>2</sup>. No entanto, apenas cerca de 51% da população de Moçambique é alfabetizada e cerca de 70% reside nas zonas rurais e pratica actividades relacionadas com a agricultura, pesca e pecuária de subsistência.

Moçambique é ainda abençoado pela dotação de recursos naturais, de onde se destaca a existência 36 milhões de hectares de terras férteis, propícias para a prática da agricultura, sendo que, nos últimos anos, a agricultura constituiu a principal fonte de rendimento, representando cerca de 25% do PIB.

Com efeito, foi identificado um total de seis corredores estratégicos com potencial para o desenvolvimento da agricultura, mas que ainda se encontram subaproveitados, especificamente Nacala, Vale do Zambeze, Beira, Pemba e Lichinga, Limpopo e Maputo. Foram também identificadas 12 importantes cadeias de produto e valor agrícola para a produção, entre outros, de arroz, soja, milho, cana-de-açúcar, algodão e castanha de caju, bem como para o corte e processamento de madeira, mas que se encontram pouco desenvolvidas.

O país detém ainda um elevado potencial para a produção de energia hidroeléctrica, eólica e geotérmica, sendo visto como uma potencial solução para a redução do défice de energia eléctrica na região da SADC.

Neste âmbito, destacam-se projectos como a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, a barragem de Massingir, as centrais térmicas de Benga, Nkondezi e Moatize, para além do projecto ainda em carteira de construção da barragem de Mpanda Nkuwa.

Moçambique tem-se distinguido também pela sua riqueza em termos de recursos minerais, tendo, neste sentido, atraído grandes investidores para desenvolverem grandes projectos na área da indústria extractiva, com destaque para a exploração de: (i) gás natural na bacia do Rovuma (uma das maiores reservas mundiais de gás natural); (ii) gás natural nas províncias de Inhambane e Sofala; (iii) carvão mineral em Moatize, na província de Tete; bem assim (iv) das áreas de extracção de ouro, areias pesadas e pedras preciosas como o rubi, nas zonas centro e norte.

**Como podem notar, Moçambique foi abençoado com um vasto potencial de recursos naturais. Mas o que nos diz a experiência internacional sobre abundância de recursos *vis-à-vis* o crescimento económico?**

De acordo com a informação reportada pela UNCTAD sobre os fluxos de investimento directo estrangeiro em África, que ascendiam aos USD 59.4 biliões no ano de 2016, Moçambique fez parte do grupo das seis economias de África que mais fluxos recebeu naquele ano, e foi a segunda na região da SADC, ficando atrás apenas de Angola.

Do total dos fluxos de IDE recebidos pelo continente Africano, a maioria destinou-se ao sector extractivo, com realce para o gás natural, petróleo e carvão, o que mostra a grande ligação entre o IDE em África e a extracção dos recursos naturais.

Entretanto, observando a situação actual da maioria dos países africanos, nota-se que o efeito desse investimento não é o mais desejado, pois os níveis de desenvolvimento das suas economias continuam baixos, ao mesmo tempo que os indicadores de pobreza não reduziram o suficiente. Alguns académicos criticam o facto de a região ainda enfrentar constrangimentos em termos de capacidades humanas, capital e boa governação, apesar da abundância de recursos naturais em África.

A concentração de fluxos de investimento directo estrangeiro nos sectores orientados para a extracção dos recursos naturais faz com que a maior parte das economias marginalize os outros sectores estratégicos, mostrando a experiência internacional que a agricultura e a indústria transformadora têm sido os mais sacrificados.

Com efeito, o crescimento das economias africanas que mais fluxos de investimento directo estrangeiro recebem, a exemplo de Angola, Nigéria e Gana, é dependente da extracção e exportação de recursos naturais, sem nenhum valor acrescentado e com pouca repercussão noutros sectores da economia.

Este cenário resulta numa fraca diversificação da base produtiva das economias africanas, o que as torna dependentes e vulneráveis ao comportamento dos preços internacionais das mercadorias. Assim, quando a economia global está numa fase de crescimento, requer um maior consumo dessas mercadorias, estimulando o crescimento dos seus preços, e vice-versa, o que afecta directamente as receitas dos países africanos exportadores, no caso vertente, e torna o comportamento das suas economias muito volátil.

Esta forma de exploração, concentrada em um ou em poucos produtos, e de forma intensa, coloca sérios problemas de sustentabilidade no tempo, principalmente se tomarmos em consideração que muitos dos recursos não são renováveis, como são os casos do petróleo, do gás natural e do carvão.

**A informação disponível mostra que o dilema entre a abundância de recursos naturais e o crescimento ou pobreza também pode ser uma realidade em Moçambique, se não for devidamente enfrentado.**

**Com efeito, o elevado crescimento económico observado nas últimas décadas em Moçambique, de cerca de 7% por ano, não foi suficientemente inclusivo para gerar as externalidades positivas necessárias para a melhoria efectiva da vida da maioria da população.**

Dados recentemente publicados sobre a avaliação da pobreza e bem-estar em Moçambique mostram que cerca de 46,1% da população ainda vivia abaixo da linha de pobreza em 2014, o equivalente a um total de 11,8 milhões de habitantes, o mesmo número observado em 1996 (12 milhões).

No mesmo período, segundo os dados dos inquéritos ao Orçamento familiar, a desigualdade na distribuição do rendimento (medida pelo conhecido coeficiente de Gini) aumentou de 0,4 em 1996 para 0,47 em 2014.

Adicionalmente, o produto interno bruto *per capita*, ou seja, o rendimento que se supõe que cada um dos 29 milhões de moçambicanos tenha (se todos tivessem o mesmo rendimento) não mudou nos últimos anos, tendo-se fixado em USD 430 em 2017, segundo estimativas do FMI.

Na avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano, de um total de 188 países, Moçambique encontrava-se classificado na posição 181 em 2016, situando-se no grupo dos dez países menos desenvolvidos do mundo, sendo o pior classificado dos países da CPLP e da região da SADC.

O país destaca-se ainda no grupo dos 10 países com o menor desenvolvimento de infra-estruturas em África, ocupando a posição 45, num total de 54 economias africanas avaliadas pelo Índice de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África, e encontra-se no grupo dos países com maior percepção de corrupção do mundo, ocupando a posição 142, num total de 176 economias analisadas pelo Índice de Percepção de Corrupção.

O aspecto ainda mais importante a destacar é o facto de a estrutura económica praticamente não se ter alterado nos últimos anos, em que, com a excepção dos sectores da indústria extractiva e dos serviços financeiros, que observaram uma melhoria decorrente dos grandes projectos, a base produtiva continuou a ser dominada pelo sector da agricultura, maioritariamente de subsistência, representando cerca de 25% do PIB, enquanto os restantes sectores mantiveram a mesma estrutura de há 18 anos atrás.

**Sendo assim, o que fazer?**

**Considero que o primeiro grande desafio passa por integrar a sociedade civil, com especial destaque para as camadas mais jovens, no debate sobre como criar um fundo de riqueza nacional que permita transformar os ganhos obtidos pela exploração de recursos naturais não renováveis em geração de recursos renováveis.**

É fundamental que a utilização das receitas resultantes da exploração dos recursos naturais não renováveis não constitua uma decisão exclusiva dos formuladores de política económica, usada para resolver as necessidades imediatas, mas sim que seja um reflexo das intenções das diferentes esferas da sociedade civil e das comunidades de onde esses recursos são extraídos.

E, neste aspecto, quero insistir que vocês, jovens, devem começar a criar agora uma massa crítica activa, sonante e capaz de exigir uma maior participação no processo de definição das regras que vão ditar a utilização das receitas da exploração dos recursos naturais e na escolha do modelo de desenvolvimento mais adequado para o nosso país, que ainda tem muitas necessidades básicas por resolver, mas que tem também de garantir riqueza para as gerações vindouras.

Há vários modelos já testados noutros países que poderão servir de exemplo.

**É fundamental que sejam empoderados - e as Universidades são um bom local para isso - e se apropriem do vosso futuro, iniciando agora um trabalho árduo de monitoria activa dos processos de formulação de políticas, de modo a certificar que os vossos interesses estejam reflectidos nas medidas de política a serem implementadas.**



Assumam que é vosso direito, na qualidade do futuro deste país, exigir um maior rigor e disciplina dos actuais formuladores de políticas na utilização das receitas de exploração dos recursos naturais, garantindo que estes ganhos sejam usados para a construção de infra-estruturas prioritárias para o país, para a geração de capital humano, através de investimentos em educação e tecnologias, que elevem cada vez mais a produtividade da força de trabalho nacional e promovam a criação de recursos renováveis.

Só assim é que se poderá atingir uma transformação da estrutura produtiva da economia e geração de ganhos e oportunidades para as gerações vindouras.

**É igualmente importante assegurar que as autoridades governamentais consolidem um ambiente de paz e de estabilidade política,** factor que vai permitir que os agentes económicos possam desenvolver as suas ligações produtivas e comerciais num cenário de segurança e de livre circulação de pessoas e bens, nas diferentes regiões do país.

**Adicionalmente, é prioritário adoptar reformas que activem a melhoria contínua do ambiente de negócios, possibilitando um desenvolvimento diversificado e inclusivo do tecido empresarial.**

O actual ambiente de negócios é mais orientado para os grandes projectos, cuja pujança financeira e capacidade de negociação lhes permitem aceder aos regimes especiais, que facilitam as suas operações, enquanto o remanescente segmento empresarial lida com um ambiente de negócios pouco desenvolvido e com vários constrangimentos.

Segundo o *Doing Business* de 2018, Moçambique pertence ao grupo dos países onde é difícil iniciar um empreendimento, situando-se na posição 134, de um total de 190 economias, posicionando-se atrás de economias como Maurícias, Botswana e África do Sul.

Este facto, aliás, é reforçado pelos dados do Censo de Empresas, que indicam que, num horizonte de 12 anos, o número de micro, pequenas e médias empresas, que são as que promovem mais postos de emprego, reduziu em 1.681, passando para 26.793 em 2016, enquanto as grandes empresas, que são maioritariamente intensivas em capital, quase que triplicaram, passando para 905 em 2016.

**Combinado com este facto, é também necessário atrair e apoiar projectos de investimento directo estrangeiro numa base mais diversificada.**

Apesar de o país se notabilizar pelo aumento substancial do IDE, este não tem estado a promover a transformação económica desejada, visto que a maior proporção destes investimentos se destina aos sectores de gás natural e carvão, em detrimento de áreas de elevado potencial como a agricultura, a pesca, a pecuária, a manufactura e o turismo. Efectivamente, no período de 2010-2017, cerca de 69% do IDE destinava-se à indústria extractiva para a exploração de carvão e gás natural, tornando a economia vulnerável à volatilidade dos preços internacionais destas mercadorias.

**A nós, do sistema financeiro, cabe-nos cumprir com urgência a missão importante de aumentar os níveis de inclusão financeira da nossa população, dado o potencial que os serviços financeiros possuem de dinamizar o crescimento das economias através da promoção de actividades geradoras de rendimento, poupança e novos investimentos, para além de contribuir para a melhoria das condições de vida e sociais.**

É do nosso conhecimento que Moçambique possui um baixo nível de inclusão financeira e um sistema financeiro subdesenvolvido, em parte decorrente da fraca cobertura da rede bancária, que atinge maioritariamente as zonas urbanas e apenas 94 distritos, dum total de 154, muito por conta dos elevados custos de transacção e do défice de infra-estruturas, que dificulta a instalação de agências bancárias em alguns pontos do país.

Este cenário faz com que, segundo o FINSCOPE 2014, apenas 20% da população adulta tenha acesso a serviços e produtos financeiros formais em Moçambique.

Estes níveis de inclusão financeira podem ser melhorados, através da aposta

- (i) no desenvolvimento de serviços e produtos financeiros baseados na utilização das tecnologias de informação e comunicação, que contornam a necessidade de presença física de unidades bancárias em locais de difícil acesso e permitem atingir uma vasta gama da população que não tem acesso a serviços financeiros formais;
- (ii) na implementação de actividades de educação financeira, de modo que a população adquira os conhecimentos necessários para melhor explorar o potencial dos serviços financeiros existentes; e
- (iii) no reforço do quadro de protecção do consumidor, melhorando a confiança da população no sistema financeiro.

**Associado ao ponto anterior, é também necessário promover a poupança doméstica, uma vez que a mesma tem sido insuficiente para financiar as necessidades domésticas de investimento.**

Efectivamente, o défice entre a poupança e o investimento doméstico em 2014 situou-se próximo de 40% do PIB, fazendo com que o país se torne vulnerável e dependente das poupanças do resto do mundo, principalmente na forma de investimento directo estrangeiro, que tem estado a crescer nos últimos anos.

A nível do sector público, também é patente a escassez de fundos, na medida em que as receitas domésticas arrecadadas pelo Estado não têm sido suficientes para cobrir a despesa pública, colocando as finanças públicas numa posição crónica de défice.

Este cenário faz com que o país seja dependente da ajuda externa na forma de donativos e créditos, para financiar o défice público. Nos últimos anos, a dívida pública cresceu substancialmente para níveis insustentáveis, muito por conta das dívidas ocultas, que ainda precisam de ser resolvidas.

**Percebo que estes desafios não são fáceis de solucionar e que o sucesso para os ultrapassar depende, sobretudo, do esforço e comprometimento de todos nós, em particular dos jovens, que são o pilar do nosso desenvolvimento.**

Termino agradecendo a vossa atenção e desejando a todos os estudantes aqui presentes muitos sucessos na vida académica e que assimilem os conhecimentos para serem os agentes transformadores da nossa economia, aplicando o vosso inteiro saber para tornar Moçambique um país com um crescimento mais firme, sólido e inclusivo, quer social, quer economicamente.

Maputo, 02 de Março de 2018